

PROVA OBJETIVA

1) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Intentada a reclamação, deverá ser citada a parte reclamada para comparecer à audiência de conciliação, obrigatoriamente acompanhada de advogado, sob pena de não o fazendo, incidir os efeitos da revelia.
- b) O processo, no âmbito do juizado especial, deve orientar-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.
- c) O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais.
- d) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência, salvo o litisconsórcio.

2) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) A parte reclamante sempre deverá ser citada para comparecer a audiência de conciliação, sob pena de nulidade do ato que extinguir o feito, caso não venha a ele comparecer.
- b) Ainda que possa ser reconhecida a nulidade do ato de citação da parte reclamada, não será ela declarada caso compareça a audiência de conciliação e apresente contestação refutando os fatos e direito alegados pela parte reclamante.
- c) A contestação poderá ser apresentada até 15(quinze) dias da juntada do mandado de citação nos autos.
- d) Intimações e citações deverão ser sempre realizadas através de correspondência, com aviso de recebimento em mão própria.

3) Assinale a alternativa INCORRETA. Compete ao Juizado Especial Cível processar, julgar e executar:

- a) As causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.
- b) As ações de despejo para uso próprio, ainda que cumulada com cobrança de alugueres.
- c) As demandas de execução que tenham por base título extrajudicial, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo.
- d) As ações possessórias sobre bens imóveis, qualquer que seja o seu valor.

4) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Deixando a parte reclamante de comparecer à audiência de conciliação ou instrução, ainda que apresente justificativa anterior, o feito deverá ser extinto, com sua condenação no pagamento das custas processuais.
- b) Ainda que se verifique que a questão debatida necessita da realização de produção de prova complexa após a contestação, o juiz não poderá extinguir o feito, sem julgamento do mérito.
- c) Sobrevindo a morte do reclamante no curso do procedimento da reclamação e tendo como seus sucessores herdeiro incapaz, o feito deverá ser extinto, sem julgamento do mérito.
- d) O juiz não pode extinguir o feito, sem julgamento do mérito, sem que ocorra a sua prévia intimação pessoal das partes.

5) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As disposições do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam às instituições financeiras.
- b) São direitos básicos do consumidor a efetiva reparação de danos materiais e morais.
- c) Poderá ser determinada a inversão do ônus da prova no processo civil em favor do consumidor, quando presente a verossimilhança da alegação ou o for considerado hipossuficiente segundo as regras ordinárias de experiência.
- d) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

6) Sobre a desconconsideração da pessoa jurídica, com base no Código de Defesa ao Consumidor, é INCORRETO afirmar:

- a) O Juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou violação dos estatutos ou contrato social.
- b) As sociedades coligadas respondem independente de culpa ou dolo.
- c) Pode, também, ser desconsiderada a personalidade jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- d) As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código do Consumidor.

7) Assinale a afirmativa CORRETA em relação ao Código do Consumidor:

- a) É considerada abusiva toda e qualquer propaganda parcialmente falsa ou que por qualquer outro modo, ainda que por omissão, induza o consumidor em erro a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, origem ou preço de produto ou serviço.
- b) É permitido condicionar o fornecimento de produto ou serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço.
- c) Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, sem solicitação prévia equiparam-se a amostras grátis, não havendo obrigação de pagamento.
- d) Não é obrigatória a prévia entrega ao consumidor de orçamento.

8) Sobre a execução de título extrajudicial, no âmbito do Juizado Especial Cível, é CORRETO afirmar:

- a) Verificando o juiz que o título que se funda a execução está prescrito, deverá extinguir o feito, já que no procedimento do juizado especial não é possível determinar a emenda da inicial para a adequação do pedido.
- b) São títulos executivos extrajudiciais: a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.
- c) O contrato de locação não serve de base para promover a execução dos encargos de locação em atraso.
- d) Ainda que se funde a execução em um cheque, há necessidade que a parte exequente descreva no seu pedido inicial a causa que deu origem a emissão do título, sob pena de rejeição imediata da inicial.

9) Sobre o procedimento da execução de título extrajudicial, no âmbito do Juizado Especial Cível, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A defesa do executado deverá ser apresentada através de embargos, no prazo de 10(dez) dias, contados do ato de realização da penhora.
- b) Efetuada a penhora, o devedor será intimado a comparecer à audiência de conciliação, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente.
- c) A defesa da parte executada deverá ser formulada através de exceção de pré-executividade.
- d) Não cabe ao conciliador propor medidas que visem o pagamento do débito de forma parcelada, a dação em pagamento ou a imediata adjudicação do bem penhorado.

10) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quando do ajuizamento da reclamação, deverá a parte reclamante efetuar o pagamento do valor corresponde as despesas relativas, tão somente, a expedição da carta de citação.
- b) É ônus da parte recorrente o recolhimento da guia atinente as custas relativas a interposição de recurso nominado.
- c) Não incumbe ao juiz togado proceder a verificação dos requisitos de admissibilidade recursal, e, sim, determinar a imediata remessa do recurso à Turma Recursal, a quem compete referido exame.
- d) Não pode o juiz togado indeferir o pedido de assistência judiciária formulado pela parte recorrente, munido de declaração de próprio punho, ainda que constate não ser pessoa pobre na acepção da palavra.

11) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não cabe a interposição de embargos de declaração de decisão ou sentença proferida no Juizado Especial Cível.
- b) O prazo para a interposição do recurso nominado é de 10(dez) dias e não se suspende em razão da interposição de embargos de declaração da sentença.
- c) O recurso nominado terá somente efeito devolutivo, podendo o juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.
- d) O prazo para recolhimento das custas recursais é de setenta e duas horas seguintes a interposição do recurso.

12) Sobre as obrigações solidárias, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) Se a obrigação for indivisível e havendo mais de um reclamado no polo passivo da demanda, cada um será obrigado somente por parte da dívida.
- b) Cada um dos credores solidários tem direito de exigir do devedor o cumprimento a prestação por inteiro.
- c) O pagamento, ainda que feito a um credor solidário, não extingue a dívida no montante do que foi pago.
- d) Ainda que haja solidariedade passiva, o credor deve acionar a todos os devedores para o recebimento integral do seu crédito.

13) Quanto ao adimplemento e extinção das obrigações é CORRETO afirmar:

- a) Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.
- b) Terceiro não interessado não pode efetuar o pagamento ao credor.
- c) O pagamento só é válido quando feito diretamente ao credor.

- d) A entrega do título ao devedor não gera a presunção de pagamento, se o credor não repassou o devido recibo.

14) Iniciada a audiência de conciliação, estando as partes presentes, deverá o conciliador ou juiz leigo que estiver presidindo o ato:

- a) Esclarecer sobre os benefícios da conciliação e tentar a conciliação e, caso esta ocorra, reduzir por escrito os seus termos.
- b) Declarar extinto o feito, caso a parte reclamada não tenha sido devidamente citada.
- c) Receber a contestação e, após, tentar a conciliação.
- d) Deixar o juiz leigo de tentar efetuar a composição entre as partes, pois somente lhe compete instruir o feito.

15) Quanto a produção da prova no Juizado Especial Cível é CORRETO afirmar:

- a) Deferida a produção de prova testemunhal, deverá a parte requerente apresentar o rol por escrito, com antecedência mínima de 10(dez) dias, antes da audiência.
- b) Não é permitido, pelo princípio da economia e da celeridade do processo, ao Juiz realizar ou determinar, de ofício, a realização de inspeção em pessoas ou coisas.
- c) Somente é permitida a produção de prova testemunhal.
- d) Todos os meios de prova moralmente legítimos, ainda que não especificados em lei, são hábeis para provar a veracidade dos fatos alegados pelas partes.

16) A afirmativa que se coaduna com os Enunciados vigentes das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, acerca do pedido de indenização pelo Seguro DPVAT:

- a) Competência – complexidade da causa – invalidez: Não há complexidade de causa apta a afastar a competência do juizado especial quando os autos trazem prova da invalidez mediante laudo elaborado por órgãos oficiais, ressalvada a hipótese de acidentes ocorridos após a edição da medida provisória n.º 451/08, de 15/12/2008, convertida na Lei n.º 11.945/2009, cujo laudo não menciona o grau de invalidez.
- b) Graduação da invalidez: Nos casos de acidentes ocorridos antes da medida provisória n.º 451/08, de 15/12/2008, convertida na Lei n.º 11.945/2009, não se discute a graduação da invalidez permanente, sendo devida a indenização pelo valor máximo previsto em lei.
- c) Valor da indenização por morte: Nos acidentes ocorridos antes da medida provisória n.º 340/2006, de 29/12/2006, convertida na Lei n.º 11.482/2007,

o valor devido do seguro obrigatório é de 40 (quarenta) salários mínimos, não sendo possível modificá-lo por Resolução do CNSP e/ou SUSEP. Após a edição das referidas normas, o valor da indenização é de R\$ 13.500,00.

- d) Valor da indenização por invalidez: Nos acidentes ocorridos antes da medida provisória n.º 340/2006, de 29/12/2006, convertida na Lei n.º 11.482/2007, o valor devido do seguro obrigatório é de 40 (quarenta) salários mínimos, não sendo possível modificá-lo por Resolução do CNSP e/ou SUSEP. Após a edição das referidas normas, o valor máximo da indenização é de R\$ 13.500,00, devendo se submeter à graduação se o fato ocorreu após a medida provisória n.º 451/08, de 15/12/2008, convertida na Lei n.º 11.495/2009.

17) Com relação à CITAÇÃO, assinale a alternativa em consonância com os Enunciados do Fonaje:

- a) A correspondência ou contrafé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.
- b) Para extinção do feito devido a inexistência de bens, é permitida a citação por edital, não sendo autorizados o arresto quando não encontrado o devedor.
- c) É cabível a citação editalícia no âmbito dos Juizados, determinada de ofício, quando não encontrado o devedor.
- d) Não há qualquer hipótese autorizadora do arresto ou de citação por edital nos Juizados Especiais Cíveis.

18) Assinale a alternativa INCORRETA, segundo entendimento nos Enunciados do Fonaje:

- a) Contra decisões das Turmas Recursais são cabíveis somente os embargos declaratórios e o Recurso Extraordinário, e das decisões proferidas pelas Turmas Recursais em mandado de segurança não cabe recurso ordinário.
- b) O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva
- c) O relator, nas Turmas Recursais Cíveis, em decisão monocrática, poderá dar provimento ao recurso se a decisão estiver em manifesto confronto com Súmula do Tribunal Superior ou Jurisprudência dominante do próprio Juizado, cabendo recurso interno para a Turma Recursal, no prazo de cinco dias. Ainda, quando manifestamente inadmissível ou infundado o

recurso interposto, a turma recursal ou o relator em decisão monocrática condenará o recorrente a pagar multa de 1% e indenizar o recorrido no percentual de até 20% do valor da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor.

- d) É *extra petita* o julgamento imediato do mérito quando reconhecida a prescrição na sentença e a turma recursal der provimento ao recurso.

19) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Quando há condenação de indenização por danos morais decorrente de responsabilidade contratual, a correção monetária incide a partir da decisão condenatória e os juros moratórios desde a citação.
- b) Nas condenações de indenização por danos morais decorrentes de responsabilidade extracontratuais, correção monetária incide a partir da do evento danoso e os juros moratórios desde a citação.
- c) Nos contratos de consórcio, a correção monetária dos valores a serem restituídos conta-se da data da desistência, e os juros de mora são computados desde a citação.
- d) Os juros de mora da indenização de seguro obrigatório (DPVAT) incidem, a contar do ajuizamento, à razão de 1% ao mês.

20) Assinale a alternativa que em consonância com os Enunciados do Fonaje:

- a) No processo de execução de título judicial as tentativas de penhora deverão respeitar a ordem de preferência estipulada no artigo 655 do Código de Processo Civil. Esgotadas as tentativas de penhora, o Juiz determinará a expedição de certidão de crédito para futura execução, determinando obrigatoriamente a baixa do nome da parte executada no Cartório Distribuidor.
- b) O pagamento do débito por meio de desconto em folha de pagamento, independe de anuência expressa do devedor, sendo que o Juiz determinará o percentual que não afete a subsistência da parte devedora e de sua família.
- c) Diante dos princípios norteadores dos juizados especiais, a penhora de valores depositados em banco deverá ser feita apenas nas agências que situarem-se no Juízo da execução.
- d) A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado e não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; ou seja, desde logo, pode ser expedido o mandado de penhora, depósito, avaliação e intimação, inclusive da eventual audiência de conciliação designada,

considerando-se o executado intimado com a simples entrega de cópia do referido mandado em seu endereço, devendo, nesse caso, ser certificado circunstanciadamente.

21) Segundo os Enunciados das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Paraná, são condutas que configuram o dano moral, EXCETO:

- a) Nos casos de ações versando sobre telefonia: a inscrição e/ou manutenção do nome do consumidor em órgãos de restrição ao crédito por dívida paga ou baseada em fatura irregular, contendo cobrança de serviços não contratados ou ligações não realizadas; a suspensão/bloqueio do serviço de telefonia sem causa legítima e a precariedade e/ou ineficiência do serviço de call center, por parte da empresa de telefonia, como estratégia para não dar o devido atendimento aos reclamos do consumidor.
- b) Envolvendo direito bancário: o cancelamento do limite de cheque especial, sem comunicação prévia ao consumidor e sem a devida motivação; a espera em fila de agência bancária, em tempo excessivo e a inscrição do nome do titular do cartão em órgãos de restrição de crédito contraída por terceiro em decorrência de furto/roubo/extravio de cartão de crédito, ainda que a comunicação à operadora tenha ocorrido posteriormente.
- c) Referente ao transporte aéreo: o cancelamento e/ou atraso de voo, somado ao descaso da companhia aérea quanto à demonstração da causa e forma de administração do incidente e o extravio de bagagem ou sua perda.
- d) No direito do consumidor: a demora ou a não entrega de produto adquirido pela internet; a venda de produto impróprio ao consumo acarreta dano moral; a prática de cláusulas abusivas decorridas de contratos bancários de adesão e o descaso com o consumidor que adquire produto com defeito e/ou vício.

22) Assinale a alternativa que não corresponde ao entendimento constante nos Enunciados das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Paraná:

- a) A interrupção de corrente de energia elétrica caracteriza falha na prestação do serviço e o dever de indenizar por eventuais danos (morais e materiais) causados ao consumidor, visto que se trata de responsabilidade objetiva.
- b) Não há como imputar ao consumidor a responsabilidade pela violação no medidor de energia elétrica com base em vistoria realizada pelos

prepostos da concessionária de serviço sem a observância, quando da efetivação da medida, do devido contraditório.

- c) Constatado defeito no medidor de energia elétrica e, sendo desconhecida a causa, a cobrança do custo administrativo, independente de má-fé, é devida ao consumidor.
- d) Nos casos de recuperação de consumo não faturado e diante da impossibilidade de se apurar o valor da energia elétrica consumida deve ser utilizada a média dos 12 últimos meses anteriores à alteração.

23) São regras básicas para a conciliação, EXCETO:

- a) Tentar soluções práticas que tragam menos dispêndios possíveis.
- b) Conversar com cortesia, respeitando a dignidade das partes envolvidas.
- c) Procurar investigar a culpa do fato noticiado, versando a causa neste sentido.
- d) Deve-se deixar os envolvidos contarem sua versão, sem com isso perder o pulso da audiência, explicando que se trata de uma solenidade judicial, onde o respeito mútuo entre as partes e a importância dos atos deve guardar compatibilidade.

24) Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Na hipótese de ausência justificada do juiz togado e do juiz leigo, para evitar perecimento do direito a audiência de instrução e julgamento poderá ser presidida pelo Chefe da Secretaria, desde que bacharel em direito.
- b) Na audiência de instrução e julgamento serão decididos de plano todos os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência. As demais questões serão decididas na sentença.
- c) Aplica-se ao Juizado Especial Cível subsidiariamente o Código de Processo Civil quanto aos meios de produção de provas.
- d) É cabível a perícia informal no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

25) Diante das regras contidas no Código de Organização e Divisão Judiciária do Paraná (Lei Estadual nº 14.277/2003), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os Juizados Especiais são órgãos do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
- b) Integram o Sistema dos Juizados Especiais: O Conselho de Supervisão; as Turmas Recursais, os Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública.

- c) Compete ao Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais decretar regime de exceção nos Juizados Especiais, mediante proposição do Supervisor do Sistema.
- d) É vedado aos Juizados Especiais funcionarem descentralizadamente, em unidades a serem instaladas em Distritos Judiciários que compõem as comarcas, bem como nos bairros do município-sede.

26) Ainda com relação ao Código de Organização e Divisão Judiciária do Paraná (Lei Estadual nº 14.277/2003), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As unidades jurisdicionais dos Juizados Especiais poderão funcionar fora do expediente normal de trabalho, atendidas as necessidades do serviço e as peculiaridades de cada comarca.
- b) Compete à Corregedoria-Geral da Justiça baixar instruções relativamente à forma de distribuição de processos.
- c) O acesso ao Juizado Especial Cível, no primeiro grau de jurisdição, não dependerá do pagamento de custas, taxas e outras despesas.
- d) O cargo de Secretário é privativo de bacharel em Direito.

27) Indique a alternativa CORRETA acerca das infrações penais de menor potencial ofensivo segundo a Lei 9.099/95:

- a) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes apenados com detenção.
- b) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.
- c) O furto (artigo 155, *caput*, do Código Penal) é infração de menor potencial ofensivo.
- d) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, desde que não cumulada com multa.

28) Assinale a alternativa CORRETA quanto à ação penal.

- a) A contravenção penal de “jogo de azar” (artigo 50 da LCP) é de ação penal pública condicionada.
- b) Nos crimes de ação penal pública condicionada, esta será promovida pelo Ministério Público, mas dependerá de apresentação de queixa pelo ofendido.

- c) Embora a LCP estabeleça ação penal pública incondicionada para todas as contravenções penais, entende-se que a contravenção penal de vias de fato (artigo 21) é de ação penal pública condicionada à representação, em decorrência reflexa do disposto no artigo 88 da Lei nº9.099/95.
- d) A ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas é de natureza pública incondicionada.

29) Assinale a alternativa CORRETA sobre a audiência preliminar.

- a) Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.
- b) A audiência preliminar ocorre apenas nas infrações penais que se processam por ação penal privada e ação penal pública condicionada.
- c) Na audiência preliminar, presentes o autor do fato, a vítima e o representante do Ministério Público, o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa, e, se for o caso, passará a colheita das provas.
- d) A conciliação será dirigida pelo representante do Ministério Público, ou, na sua falta, pelo Chefe de Secretaria.

30) Assinale a alternativa CORRETA sobre a composição civil.

- a) Os crimes de ação penal pública incondicionada não comportam composição civil.
- b) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título executivo, podendo ser executada, se for o caso, no próprio Juizado.
- c) Tratando-se de ação penal privada ou pública condicionada à representação, a composição civil homologada acarreta renúncia ao direito de queixa ou representação.
- d) Em qualquer hipótese, o descumprimento da composição civil acarreta a retomada do procedimento sumariíssimo.

31) Assinale a alternativa CORRETA sobre a transação penal.

- a) Constitui benefício instituído pela Lei 9.099/95 que é concedido a todos os infratores sujeitos ao procedimento do Juizado Especial Criminal.
- b) Importa em aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas ao noticiado que espontaneamente assume a culpa pelo fato.

- c) É cabível apenas a aplicação de pena restritiva de direitos, sendo vedada a imposição de multa.
- d) Não se admitirá a proposta quando o agente já tiver sido beneficiado anteriormente, salvo se transcorrido período superior a cinco anos.

32) No tocante a transação penal assinale a alternativa CORRETA.

- a) A homologação da transação penal faz coisa julgada material e tem natureza condenatória.
- b) A homologação da transação penal não faz coisa julgada material, mas tem natureza condenatória.
- c) A homologação da transação penal não faz coisa julgada material e não possui natureza condenatória.
- d) A homologação da transação penal não faz coisa julgada material e tem natureza absolutória.

33) Em relação a competência do juizado especial criminal indique a alternativa CORRETA:

- a) Praticados delitos de menor potencial ofensivo em concurso material, se o somatório das penas máximas abstratas previstas para os tipos penais ultrapassar o limite estabelecido pela Lei. 9099/95, afastada estará a competência do juizado especial, devendo o feito ser remetido para o juízo comum.
- b) Praticados delitos de menor potencial ofensivo em concurso material, se o somatório das penas máximas abstratas previstas para os tipos penais ultrapassar o limite estabelecido pela Lei. 9099/95, os autos serão desmembrados e para cada delito terá o autor direito aos benefícios estabelecidos pela Lei.
- c) A Lei 9.099/95 adota como critério para a fixação de competência a teoria da ubiquidade.
- d) A Lei 9.099/95 adota como critério para a fixação de competência a teoria do resultado.

34) Sobre a suspensão condicional do processo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A suspensão condicional do processo é benefício concedido antes de oferecida a denúncia.
- b) A suspensão condicional do processo é cabível para crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a dois anos e somente cabe para as infrações de menor potencial ofensivo.

- c) A suspensão condicional do processo é cabível para crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano e somente cabe para as infrações de menor potencial ofensivo.
- d) O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão condicional do processo, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

35) Assinale a alternativa CORRETA sobre os recursos no juizado especial criminal:

- a) Da sentença caberá recurso inominado no prazo de dez dias, que poderá ser julgado por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- b) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá Recurso em Sentido Estrito.
- c) Quando opostos contra sentença, os embargos de declaração interrompem o prazo para o recurso.
- d) Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias.

36) Suponha que o noticiado, após não comparecer à audiência preliminar, não é mais encontrado para ser intimado acerca da nova data para referida audiência. Nesse caso, de acordo com a jurisprudência:

- a) Deve ser intimado via edital.
- b) Os autos serão remetidos, de plano, ao juízo comum tendo em vista a impossibilidade de citação editalícia.
- c) Será oferecida denúncia e somente após os autos serão remetidos ao juízo comum.
- d) Ocorrerá a suspensão do processo, bem como do prazo prescricional, nos termos do art. 366, do CPP.

37) A Lei 12.153/09 dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública. A respeito da competência desses juizados, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos.

- b) As ações de Mandado de Segurança e de Desapropriação estão abrangidas pela competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- c) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas poderá exceder o teto limite de 40 (quarenta) salários mínimos.
- d) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.

38) Sobre os prazos processuais estabelecidos na Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a INCORRETA.

- a) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos.
- b) A citação para a audiência de conciliação deve ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública.
- d) Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 5 (cinco) dias antes da audiência.

39) Em relação ao sistema dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a CORRETA:

- a) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais.
- b) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar e transigir, sendo vedada a desistência nos processos da competência dos Juizados Especiais, em observância ao Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.
- c) A sentença proferida contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e as respectivas autarquias e fundações de direito público está sujeita a reexame necessário.
- d) Desatendida a requisição judicial para o pagamento da condenação, o juiz, imediatamente, determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, designando a audiência para oitiva do representante judicial da Fazenda Pública.

40) A respeito das Turmas Recursais a Lei 12.153/09, estabelece que:

- a) As Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais são compostas por juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de 2 (dois) anos, sempre admitida a recondução.
- b) As Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais são compostas por juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de 2 (dois) anos, prorrogados por mais 2 (dois), a critério do Presidente do Tribunal de Justiça.
- c) Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material e processual.
- d) As Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais são integradas, preferencialmente, por juízes do Sistema dos Juizados Especiais.